



MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO - RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 054/2025

Processo Administrativo nº 3688/2025

Objeto: Aquisição de Ambulância Tipo D (UTI Móvel)

Após análise das razões recursais apresentadas pela empresa **BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA** e das contrarrazões apresentadas pela empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, passo a expor a presente manifestação.

I – Do objeto do recurso

A recorrente alega, em síntese, que a empresa vencedora não apresentou, na fase de habilitação, os documentos técnicos exigidos pelo edital e pelo Termo de Referência, notadamente a **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** emitida pelo CREA, além de **laudos técnicos e certificações** emitidos por órgãos competentes, como **INMETRO, DENATRAN/SENATRAN e ANVISA**, que comprovem o atendimento integral às normas da **ABNT NBR 14561/2021**.

II – Das contrarrazões

A empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, em contrarrazões, sustenta que:

- Cumpru integralmente todas as exigências do **edital**, especialmente o item **9.3.10**, que trata da **qualificação técnica**;
- Os documentos mencionados pela recorrente constam apenas do **Termo de Referência**, o qual define as especificações do objeto e não os requisitos de habilitação;
- Cita o próprio texto do TR, segundo o qual determinados documentos **“deverão ser apresentados na entrega do bem”**, o que evidencia que sua apresentação não era exigida na fase de habilitação;
- Defende que agiu em conformidade com o instrumento convocatório e com base no princípio da boa-fé, solicitando inclusive junto à empresa transformadora os certificados do veículo ofertado.

III – Da análise

Após a análise dos autos e do conteúdo apresentado pelas partes, este Pregoeiro reconhece que o questionamento da empresa recorrente parte de uma interpretação possível do Termo de Referência, haja vista que o referido documento **menção expressamente a necessidade de apresentação de determinadas certificações técnicas**.

Todavia, ao confrontar o conteúdo do Termo de Referência com o **item 9 (Habilitação) do Edital**, verifica-se que tais documentos **não foram expressamente elencados** como requisitos de **habilitação técnica**, o que levou esta Comissão a entender, de boa-fé, que a documentação apresentada pela empresa vencedora **atendia integralmente às exigências editalícias**.

Ademais, o próprio texto do Termo de Referência, em trecho destacado pela recorrida, dispõe que os documentos da empresa transformadora, **“deverão ser apresentados na entrega do bem”**, o que corrobora o entendimento de que a exigência se refere à **fase de execução contratual**, e não à **fase de habilitação**.



Dessa forma, é razoável concluir que houve **ambiguidade redacional** no Termo de Referência, que pode ter conduzido a interpretações diversas tanto por parte da Administração quanto das licitantes.

Nessas condições, considerando que a elaboração do Termo de Referência é de responsabilidade da **Secretaria requisitante**, e que o edital não reproduziu integralmente tais exigências técnicas no item específico de habilitação, **não é possível imputar à licitante vencedora qualquer irregularidade** por ter seguido a literalidade do instrumento convocatório.

Importa destacar ainda o princípio do **formalismo moderado**, previsto na Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração deve buscar a finalidade do procedimento licitatório — a seleção da proposta mais vantajosa — evitando-se a adoção de formalismos excessivos que não tragam prejuízo à isonomia, à competitividade ou à execução contratual.

IV – Conclusão

Diante do exposto, **opino pelo não provimento do recurso interposto pela empresa BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA**, mantendo-se a decisão que **habilitou e classificou como vencedora a empresa VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, por entender que:

- a empresa atendeu integralmente às exigências editalícias;
- eventual dúvida decorre de redação ambígua no Termo de Referência;
- e os documentos questionados poderão ser exigidos e conferidos **no momento da entrega do bem**, conforme previsão expressa do próprio TR.

É a manifestação.

Sumidouro, 11 de novembro de 2025.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro